



JOSÉ RODRIGO LOPES

**O TERCEIRO SETOR NO BRASIL:
SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

**Lavras - MG
2022**

JOSÉ RODRIGO LOPES

**O TERCEIRO SETOR NO BRASIL:
SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof.: Cledison Carlos de Oliveira

Orientador

**Lavras - MG
2022**

JOSÉ RODRIGO LOPES

**O TERCEIRO SETOR NO BRASIL:
SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**THE THIRD SECTOR IN BRAZIL:
RELEVANCE SERVICES FOR PEOPLE WITH DISABILITIES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 19/05/2022

Ma: Deila Pereira Pinto

Prof.: Cledison Carlos de Oliveira
Orientador

**Lavras - MG
2022**

RESUMO

O Terceiro Setor envolve um número expressivo de organizações e instituições não-governamentais de grande relevância tanto para a sociedade como para a administração pública e neste sentido este trabalho propõe-se a contextualizar o terceiro setor, as suas contribuições para com a sociedade bem como a importância da administração para este setor. Destaca-se a APAE como importante instituição, que propõe a inclusão social atuando com pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Disserta-se em seu escopo teórico um breve desenvolvimento das políticas públicas com ênfase na implementação de leis direcionadas as pessoas com deficiência. Diante da missão dos objetivos de qualquer instituição, destacamos a importância dos recursos financeiros para sobrevivência da mesma e algumas ações que devem ser levadas em consideração para captação de recursos. Neste sentido, foi contextualizado a importância da Administração do terceiro setor frente a competência e eficiência, bem como, as contribuições da Administração para as ONG`s e algumas competências básicas para uma boa administração. Através de pesquisa bibliográfica para construção do arcabouço teórico foi pesquisado colocações de autores que abordam sobre o tema deste trabalho.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Políticas Públicas, Recursos Financeiros, Administração.

SUMÁRIO

1 INTRUDUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Terceiro Setor	7
2.2 Apae`s	9
2.3 Políticas Públicas para pessoas com deficiência	11
2.4 Terceiro setor e recursos financeiros.....	14
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade constata-se a existência de inúmeras ONG's espalhadas pelo Brasil. As ONG's são relacionadas ao chamado Terceiro Setor; estas instituições atuam em diferentes áreas e desempenham um papel de suma importância para sociedade, atuam com fins públicos, com ações para o bem comum. A abrangência das ONGs, podem ter como norteadores temas diversos como sociedade, defesa de animais, meio ambiente entre outras.

Segundo Dias (2003), em 1940 a Organização das Nações Unidas (ONU) conceituou as Organizações não Governamentais para caracterizar as entidades da sociedade que atuavam em projetos humanitários de interesse público. O autor salienta, de 1960 a 1970 ocorreu a expansão das organizações não governamentais na América Latina, foi neste período que a sociedade percebeu a importância destas organizações para construção e implementação de políticas públicas.

O discurso social debate o respeito, às diferenças, a valorização da diversidade e a promoção da participação de todos. Diante destas questões é fundamental o trabalho das ONG's voltadas para as pessoas com deficiência, promovendo ações de inclusão e a não discriminação. Desta forma, o Terceiro Setor tem feito um esforço para colaborar com o bem-estar de todos que dele necessita, principalmente para inclusão social das pessoas com deficiência.

Neste sentido o objetivo geral deste trabalho está relacionado a identificar a importância do Terceiro Setor para sociedade, e como objetivos específicos, destacar a APAE como instituição do terceiro setor; estabelecer a contribuição das APAES na implementação de políticas públicas perante o Estado e relacionar o trabalho desenvolvido pela APAE com experiência vivida no cotidiano.

Para fundamentar a contextualização foi realizado pesquisa bibliográfica em livros e trabalhos acadêmicos de autores que abordam sobre o tema deste trabalho. No referencial teórico está destacado as Apae's como instituição do terceiro setor, sua missão, objetivos e atuação como promotora de direitos e assistência as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, com ênfase na missão e objetivos, com a intenção de elucidar algumas políticas públicas voltadas para deficientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO:

2.1 Terceiro Setor

O terceiro setor surgiu a partir da necessidade de dar respostas as questões que afetam a sociedade. Segundo Smith (1991), a expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos. O Terceiro Setor situa-se entre o Primeiro e o Segundo Setor, sendo o primeiro (empresarial) e o Segundo Setor (estatal), desta forma estas organizações segundo FUCHS et al, (2014) são entes privados, não vinculados à administração pública, que não almejam o lucro, mas prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público.

O terceiro Setor vem complementar e estabelecer a relação entre a sociedade e o estado diante da falta de gestão pública que atende as necessidades sociais da sociedade. De acordo com Paes de Paula (2005) embora os esforços em realizar mudanças na forma de organização e gestão da economia, as práticas administrativas de interesse público sempre foi um desafio para gestão pública. Para a autora um dos desafios para a administração pública está ligado a viabilização da profissionalização dos gestores públicos em uma perspectiva que considere a gestão de forma alternativa ou prática.

Neste sentido a relação sociedade e estado deve estar fortalecida em ações que condizem com a realidade da sociedade. É preciso focalizar a articulação entre as dimensões institucional e sociopolítica, não apenas nos novos arranjos institucionais e na participação cidadã, mas também tratar da gestão pública, no que tange ao planejamento, organização e controle das atividades governamentais voltadas para a geração de resultados. PAES DE PAULA (2010).

O terceiro setor no Brasil, tem evidenciado a falta de ações do setor público em respostas a realidade de muitas questões de assistência e inclusão social das pessoas com deficiência. Neca (2010) coloca as redes de serviços sócio comunitários, como crescente e importante parceira no enfrentamento da questão social e defesa dos direitos. Fernandes (1994), destaca o Terceiro Setor como uma alternativa para atuar na implementação de lutas por direitos.

Destaca-se as APAES como instituição do Terceiro Setor que tem apresentado ao logo do tempo uma administração de responsabilidade e comprometimento com a sociedade. O próprio Estatuto da instituição garante a defesa dos direitos de seus

assistidos. Segundo o Art. 3º da instituição as APAES garantem o compromisso de promover ações de defesa de direitos, melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Desta forma, para executar esta missão incluímos a administração, ela possui um único sentido, que é o de gerenciar os recursos em benefício da sociedade, prestando contas de seu trabalho em todos os sentidos. Frischeisen (2015) chama a atenção para que, a administração se pauta nos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

A administração no que se refere a assistência para deficientes, embasadas nas políticas públicas, segundo o Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil (MROSC), os conselhos administrativos das organizações poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de colaboração com organizações da sociedade civil. Faleiros (2008) diz que os objetivos das políticas de proteção e assistência, é responder as necessidades da população que se encontra em situação de vulnerabilidade.

O Terceiro Setor está descobrindo na administração, importante ferramenta para captar e administrar recursos com a finalidade de alcançar seus objetivos. Drucker (1990) acrescenta que os recursos financeiros para a operacionalização das atividades são fundamentais, e o papel da administração é administrar os recursos, para que a missão possa ser cumprida. As organizações sem fins lucrativos se transformam em atores políticos e importante força econômica. Segundo Anheier (2000, p.04) “neste processo que muitas organizações sem fins lucrativos vieram abraçar o idioma, a administração, práticas, até mesmo a cultura do mundo empresarial.

Na atualidade, as organizações do Terceiro Setor têm consciência de que a Administração é a base para a eficiência, qualidade, metas e objetivos. Megginson et. al (1998) ressalta que o administrador precisa ter a competência de planejar, organizar e controlar. Macedo (2009) acrescenta que para planejar, organizar e controlar, é preciso também liderar.

Drucker (1990), diz que em todas as funções de um administrador a eficiência é a melhor forma de fazer algo, a eficácia é fazer o que deve ser feito. Diante desses desafios, os gestores das organizações do Terceiro Setor veem-se na necessidade de mostrar resultados. Para Drucker (1990), é preciso deixar de olhar as organizações sem fins lucrativos apenas pelo que elas não são, passando a valorizá-las pela sua atuação na sociedade, como agentes de mudança individual e social.

2.2 APAE`s

A sociedade é dividida de uma forma setorial, tendo como base um modelo de organização, ou seja, o governo responsável pelo primeiro setor que envolve a população como um todo com fins públicos, o segundo setor inclui-se o privado que se caracteriza pela pelas questões individuais. O terceiro setor é constituído pelo segundo setor com características de promover ações voltadas a população, de alguma forma são ignorados pela assistência do governo. De acordo com Fernandes (1994, p.27) o terceiro setor é:

[...] um composto de organizações sem fins lucrativas, criadas e mantidas pela ênfase na participação da ação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandido o seu sentimento para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação da cidadania e das suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Desta forma, destacamos a APAE como uma instituição do terceiro setor que veio para dar respostas a realidade de muitas pessoas com deficiência. Em 1954, no Rio de Janeiro, inicia-se o movimento Apaeano no Brasil, com a finalidade de prestar serviços à Pessoa com Deficiência em suas escolas. Considerada uma organização da Sociedade Civil de Utilidade Pública Federal de acordo com Portaria do Ministério da Justiça 61, de 19/09/01, Utilidade Pública Estadual n. ° 13.872, de 01/06/01, e Municipal, através da lei 948/2003.

Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Constitui-se em um esforço permanente na busca de qualidade e melhoria de vida mais igualitária e justa para todas as pessoas com necessidades especiais.

Quanto à pessoa com deficiência, as discussões são ampliadas no que se refere ao reconhecimento de que essa pessoa é cidadã como qualquer outra, com os mesmos direitos à livre escolha e ao usufruto das oportunidades disponíveis na sociedade, qualquer que seja seu tipo de deficiência e grau de comprometimento que apresente. (OLIVEIRA, 2017, p. 17)

De acordo com Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 24% da população tem algum tipo de deficiência, ou seja, 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência. Segundo o art. 2º, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo

de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2013).

A sociedade visualiza de maneira generalizada as pessoas que não correspondem às qualificações previstas, ou que não sejam iguais as pré-determinadas, tornando um problema na sociedade, e podendo ser julgada socialmente. É importante ressaltar que a conduta da sociedade com relação à Pessoa com Deficiência, seja ela qual for, deve ser praticada com amor e compreensão. Para a APAE Brasil (2017) a pessoa com deficiência não é desprovida da necessidade de interação social, ela é igual a qualquer outra pessoa, ela precisa de outras pessoas para que possa constituir-se em pessoa humana.

O olhar para as pessoas com deficiências múltiplas ou mentais não deve ser de compaixão e sim de se posicionar em relação à inclusão que vem se constituindo a sociedade. Segundo Sacristán (2002, p. 21) “desvendar o mundo dos significados da diversidade ou da diferença e ver o que se quis fazer com elas é um caminho para descobrir práticas, afinar objetivos, tomar consciência e administrar um processo de mudança”.

Sendo assim, faz-se necessário o acompanhamento do serviço especializado, como atendimentos, supervisão e a identificação nas necessidades dos usuários da APAE, que por sua vez são responsáveis por praticar o serviço com qualidade e ações que possam contribuir para o enriquecimento do serviço em saúde e ser entendido como um processo educativo capaz de contribuir para ações assistências de qualidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos usuários. “A Rede APAE compreende hoje o maior Movimento de defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, executando ações em prol da promoção e integração da pessoa com deficiência na vida comunitária”. (BRITO, 2019, p. 36).

Segundo o Estatuto das APAE, em seu artigo Art. 09 os fins e objetivos da entidade são:

- I – Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do

desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II – Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

IV – Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Neca (2010) diz que os órgãos públicos e organizações não se restringem seu atendimento na esfera restritiva de sua área ou território de atuação, o atendimento aos direitos sociais requer atuação concentrada e articulada em rede.

Portanto os fins e objetivos das APAES vão de encontro com os direitos das pessoas com deficiência, promove ações que sincroniza com as políticas públicas de atendimento à população. Segundo Faleiros (2009) estas ações devem ser efetivadas em rede, implicando uma ação multidimensional articulada com complementaridade de níveis, complexidade, escalas e fundamentalmente interação coletiva nas propostas e práticas compartilhadas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com a expansão da democracia as responsabilidades do Estado foram se diversificando. Atualmente a função do Estado está voltado em promover o bem-estar da sociedade desenvolvendo uma série de ações nas áreas, tais como saúde, educação e segurança. Para tanto os governos utilizam-se das Políticas Públicas que segundo (AMARAL, 2008, p. 5) “Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”. As políticas Públicas colocam o governo em ação, analisar essa ação e propor mudanças. Formular políticas públicas é o estágio que de programação e ações que produza resultados em uma determinada realidade. Desta forma as políticas públicas devem dar respostas efetivas para as questões das pessoas com deficiência. Para (ROBERT ALEXY, APUD BUCCI, 2002, p.241)

As políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.

Segundo Mazotta (2012), no Brasil, foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que houve um salto significativo nos direitos das pessoas com deficiência. Muitos são os questionamentos sobre a proteção das pessoas com deficiência, neste sentido o conhecimento das leis que regem os direitos se faz necessários nas ações que garantem a proteção, de forma a minimizar os efeitos da deficiência, seja ele física ou intelectual. O Brasil tem apresentado um avanço importante na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, com políticas públicas que se objetiva em valorizar a pessoas respeitando suas características e especificidades.

Foram surgindo Leis, Decretos, Resoluções a partir da década de 80, como a Lei 7853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, a Lei 8069/90, Lei 8742, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Educação Especial (1994, Política Nacional de Assistência Social (2004), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), a Lei 13.146, de Lei Brasileira de Inclusão, de 6 de julho de 2015, entre outros documentos normativos, ampliando direitos e deveres da pessoa com deficiência.

A implementação efetiva dos direitos depende da realização de políticas públicas, cujas linhas gerais estão previstas na Constituição Federal, assim como a participação popular na elaboração na formulação, dentre outras, das políticas públicas da saúde, assistência social, educação e direitos da criança e do adolescente. Essa participação ocorre por meio dos conselhos respectivos, em especial dos Conselhos Municipais, aqueles que mais próximos estão dos interesses da comunidade, que são, portanto, gestores de políticas públicas (FRISCHEISEN, 2015, p.1).

Avanços legais entende que a deficiência não deve impedir a realização de vida de um indivíduo, as inovações alcançam áreas para que a transparência e a dedicação de órgãos sociais coletivos, possam atender de maneira adequada e com profissionalismo no desenvolvimento intelectual de cada um com suas peculiaridades. Segundo Ferreira (2008), os espaços sociais de caráter deliberativo e participativo da

sociedade civil, ganham um maior número de integrantes e passam a requerer a participação e decisão em todas as ações que dizem respeito a vida das pessoas com deficiências.

O homem enquanto um ser social, precisa se sentir integrado ao seu meio, os portadores de deficiência não podem ser discriminados e nem excluídos deste processo, as suas limitações não podem ser barreiras para que a sociedade o respeite como um ser capaz de viver em plenitude. A sociedade por sua vez deve legitimar os meios para inclusão desses indivíduos. E dessa forma, não somente o Estado, mas toda a sociedade é responsável em garantir os direitos das pessoas com deficiência, assim como define a Lei no 13.146/2015 no seu At. 8º:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Portanto é de responsabilidade de todos garantir a proteção das pessoas com deficiências, assegurar os seus direitos que estão previstos em várias leis de proteção. Segundo Faleiros (2008), os objetivos da assistência social e das políticas de seguridade e proteção, é responder as necessidades da população que se encontra em situação de vulnerabilidade. A vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e a alguns grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou revertidas. Nesse sentido, segundo (Camarano; et al., 2004), a vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas; sejam eles econômicos, culturais ou sociais.

A implementação dos direitos em muitos os casos necessitam do aporte de recursos financeiro. Teoricamente, a captação de recursos é estruturada pela organização para adquirir contribuições voluntárias, seja de recurso financeiro ou outros, buscando doações com empresas, governos etc. De acordo com o Marco Regulatório das Organizações Civil (MROSC), as instituições devem ampliar a organização, fomentar articulações estaduais e municipais e lutar por medidas que auxiliam no auto sustentabilidade.

2.4 TERCEIRO SETOR E RECURSOS FINANCEIROS

Antes da abordagem a respeito dos recursos financeiros é de suma importância considerar que toda instituição do terceiro setor precisa estar regulamentada. Pode-se dizer que a Lei nº 13.019/2014,¹ também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), constituiu um novo regime jurídico para parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. É uma agenda política ampla, que tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil (OSCs) e suas relações de parceria com o Estado. A aprovação desta lei representa uma grande conquista.

Com sua entrada em vigor 1º de janeiro de 2017, passa a ser estabelecido um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações por meio de novos instrumentos jurídicos: os termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros. Segundo Marrara; Cesário (2017), o marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil tem potencial para robustecer o regime jurídico das parcerias com OSCs, pois:

- define princípios, diretrizes e critérios pertinentes para a alocação de recursos em atividades e projetos de interesse público desenvolvidos por OSC;
- fixa os correspondentes parâmetros de eficácia e efetividade, impondo a priorização do controle por resultados;
- sujeita os processos de parcerias – em suas etapas de formação, execução e prestação de contas – aos instrumentos de participação e de controle social. (MARRARA; CESÁRIO, 2017, p. 100)

A sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Estado na garantia e efetivação de direitos. As parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil qualificam as políticas públicas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. Com a nova lei, as OSCs podem ampliar suas capacidades de atuação e incorporar muitas de suas pautas à agenda pública.

Além disso, as parcerias com o poder público estão agora amparadas em regras claras e válidas em todo o País, com foco no controle de resultados das parcerias. Com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível

responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante, que se expandiu e diversificou nas últimas décadas e que tem muito a contribuir com a democracia brasileira.

Um dos desafios das organizações civis é a captação de recursos financeiros para atender suas necessidades. Recursos estes que podem ser desde capital, material, mão de obra contratada e voluntária. Segundo Tachizawa (2004), a captação de recursos pode ser definida como a busca de recursos como forma de atingir a missão de uma entidade. Tenório (2008) diz que a principal motivação para a captação de recursos é garantir a viabilidade de um projeto e a longo prazo manter a organização estável e produtiva. Segundo Chiavenato (2003, p. 142) “os recursos financeiros que garantem os meios para aquisição ou obtenção dos demais recursos necessários à organização”.

Atualmente a maioria das organizações sem fins lucrativos é vulnerável, muitas possuem poucos recursos para se manter e possui uma única fonte de apoio. A mobilização para captação de recursos, quando planejadas diversifica a origem dos recursos e minimiza a vulnerabilidade, como por exemplo: a mudança de prioridades, políticas de financiadores locais, nacionais ou internacionais. Desta forma as ONG's deve ser de interesse da sociedade, tornando mais fácil a captação de recurso. Cruz (2003, p. 18), ressalta que “o trabalho realizado pela organização deve ter a participação e apoio da sociedade, uma sincronia da sociedade com os objetivos da organização”.

As ONG's precisam se promover, ter visibilidade e ser conhecidas pela sociedade para poder captar recursos. Portanto, é preciso desenvolver ações que divulguem a sua atuação. Tachizawa (2004), acredita que as organizações não só devem ter apoio, mas também que este apoio seja conquistado. Desta forma, é preciso estabelecer comunicação, metas, ações e estratégicas para que os financiadores reconheçam o trabalho que a organização realiza. Segundo Andrade (2002, p. 22) “A captação de recursos, junto as empresas privadas exigem projetos que contemplem as estratégias da organização e os indicadores sociais.

GETS (2002), acredita que mobilizar recursos não é apenas assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização do melhor uso, aumento da eficácia, eficiência e conquista de novas parcerias. Captar recursos vai além de conquistar donativos de pessoas ou empresas, é um assunto que precisa de atenção especial, precisa de estratégias não só para captar os recursos como competências para administrar os recursos captados.

Outras maneiras, no entanto, de arrecadar recursos financeiros são através de doações e ações que envolva a sociedade, fazendo com que os doadores se sintam à vontade para fazer parte das ações, e mostrando a eles o quanto seu envolvimento faz a diferença no trabalho das Organizações da Sociedade Civil. As organizações precisam adotar várias estratégias para realizar suas atividades com qualidade para obter resultados positivos com seus assistidos. Precisam divulgar suas ações e seus resultados para seus colaboradores e desta forma transmitir transparência e responsabilidade para realizar a missão da instituição (DIMENSTEIN, 2013).

Porém, captar recursos em uma organização, é ter pessoas que entendam o trabalho delas e o quanto é fundamental este recurso para trazer o melhor para seus usuários e assim aproximar a comunidade, o setor público e mostrar o que está sendo realizado com o que foi captado, para que tenha impacto transformador na sua atuação e cumpra com sua missão.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como um processo sistemático com o objetivo a dar respostas aos problemas propostos, ela se desenvolve desde a formulação do problema até a discussão dos resultados. Para Zanella (2013, p. 23),” a pesquisa visa essencialmente a produção de novo conhecimento e tem a finalidade de buscar respostas a problemas e a indagações teóricas e práticas”.

Segundo Zanella (2009) a pesquisa qualitativa não se utiliza de instrumentos estatísticos de análise de dados e toma como base os conhecimentos teóricos empíricos. Para Gil (2008) o objetivo de descrever sobre determinada população ou fenômenos, levanta opiniões e discussões e podem ser associadas as pesquisas exploratórias. O autor acrescenta que a pesquisa exploratória tem a finalidade de explorar o estudo de caso, visa uma maior aproximação, uma maior familiaridade com o problema, envolvendo levantamento bibliográfico e análises de elementos diversos.

Neste sentido este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva; realizou-se um estudo exploratório sobre o Terceiro Setor e sua importância para as pessoas com deficiência e a relevância da administração para este setor. Os dados foram coletados em bibliografias para investigação do objeto de estudo. Foram analisados livros de autores que abordam sobre o tema, trabalhos acadêmicos, artigos publicados e experiências vividas na APAE de Botelhos-MG, com o objetivo de analisar, contextualizar e alcançar os objetivos propostos pelo tema abordado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palavra administração vem do latim ad, que significa direção, e ministre, subordinação ou obediência; isto é, uma atividade realizada por alguém sob o comando de outro. Segundo Megginson et al. (1998), a administração é o trabalho realizado com recursos financeiros, humanos e materiais com o objetivo de atingir os objetivos organizacionais por meio do desempenho das funções de planejar, organizar, controlar e liderar.

O terceiro setor, de acordo com Montano (2010), se refere a um fenômeno real inserido na reestruturação do capital, pautado nos princípios de uma nova função social de resposta às sequelas da questão social, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da autoajuda e da ajuda mútua. Desta forma este fenômeno precisa ser administrado e, portanto, é preciso que se compreenda a importância da gestão no Terceiro Setor.

Segundo Chiavenato (2004) a administração tornou-se o centro da atividade humana. Para o autor, a administração é universal no mundo moderno em que as organizações precisam alcançar objetivos em um cenário concorrente, tomar decisões, coordenar múltiplas atividades, conduzir pessoas, avaliar o desempenho, obter e alocar recursos. Drucker (1999) ressalta que a Administração não diz respeito apenas à empresa com fins lucrativos. Quer se trate de empresas, quer de organizações sem fins lucrativos, a busca pela satisfação das necessidades, bem como o monitoramento permanente das atividades, são condições indispensáveis ao sucesso e sobrevivência das organizações.

Atualmente, abordagens como estratégia, objetivos, metas e resultados, tornaram-se palavras de ordem para a busca de uma gestão eficiente e isso implica planejar, coordenar, dirigir e controlar atividades. No entanto, Drucker (1999) afirma não haver teorias suficientes desenvolvidas, especificamente para essas organizações, portanto as propostas estão definidas partir de sua própria experiência e focalizadas em suas realidades e preocupações.

Portanto conforme Trigueiro (2014), um profissional de administração deve conhecer os fundamentos e conceitos da administração, além do conhecimento teórico científico também os princípios da Administração nas organizações seja elas privadas, públicas ou do terceiro setor. O autor completa dizendo que na Administração existem conceitos e princípios que possibilita fazer um mapa da organização e identificar se esta

está no caminho para realização de suas propostas e metas. Dentre esses conceitos podemos indicar três que são fundamentais para medir o seu desempenho: a eficiência, a eficácia e a efetividade. Segundo Trigueiro (2014, p. 32):

Em qualquer que seja a organização pelo menos quatro funções devem ser desempenhadas por um administrador: planejamento, organização, liderança e controle das atividades organizacionais. Essas funções estão inter-relacionadas e coordenadas de forma a atingir os objetivos; e dependem umas das outras.

De acordo com Magginson et al (1998) e Macêdo (2009), estas funções estão relacionadas a:

- Planejar: estabelecer a missão, o propósito e objetivos da organização, determinar diretrizes, projetos, programas, procedimentos, métodos, sistemas, orçamentos e estratégias para atingi-los (MEGGINSON *et al.*, 1998).
- Organizar: delimitar e determinar os recursos e atividades para atingimento de um objetivo, designar a responsabilidade de atingir os objetivos e delegar autoridade necessária para realizar essas tarefas (MEGGINSON *et al.*, 1998).
- Liderar: é uma arte de estimular, orientar e educar as pessoas a persistirem na busca por melhores resultados num ambiente de risco, incertezas e desafios. (MACEDO, 2009).
- Controlar: Descrever de forma concisa os meios para garantir a certeza que o desempenho planejado seja realmente atingido. Considerar os indicadores atuais e definir metas para assim medir o desempenho alcançado com as decisões (MEGGINSON *et al.*, 1998).

Quando nos remetemos para o Terceiro Setor, percebemos que a administração é de fundamental importância para que a missão e os objetivos de qualquer que seja a instituição não sejam comprometidos. Na visão de Drucker (1999) tudo começa na missão, sem a qual o desempenho é impossível, uma vez que ela define quais são os objetivos e resultados que se pretende obter. Desta forma, a administração no Terceiro setor deve ser profissional e planejada para gerar resultados. Armani (2001) ressalta que é um desafio para as organizações não governamentais se manterem sustentáveis e, portanto, o desenvolvimento da missão, visão e valores das entidades, precisam contar com profissionais qualificados.

Independente do segmento, seja ele gerar lucro ou apoiar causas filantrópicas, a administração é essencial para planejar todas as ações, focando nos resultados. O administrador é responsável por criar planos de ação estratégica, analisar os resultados e pensar em melhorias. Segundo Drucker (1999) a Administração quer se trate de empresas, quer de organizações sem fins lucrativos, a busca pela satisfação das necessidades, bem como o monitoramento permanente das atividades, são condições indispensáveis ao sucesso e sobrevivência das organizações.

Fica evidente que a Associação de Paes e Amigos dos excepcionais é uma instituição do Terceiro Setor que atua nos municípios do território brasileiro com portarias, estatutos e leis que garantem sua legitimidade. Possui estatuto próprio que rege sua missão, objetivos e administração que vai de encontro com o Marco Regulatório da Sociedade Civil que se baseia na agenda política, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional das Organizações da Sociedade Civil e suas relações de parceria com o Estado.

Existem muitas ONG's no Brasil de diversos segmentos, porém, nos limitamos a contextualizar a APAE que foca nas pessoas com deficiência. Embora a Constituição Federal de 1988 no seu Capítulo II Art. 23 delega competência a união, aos estados e municípios para cuidar, dar assistência e proteção as pessoas portadoras de deficiência, notamos que existem muitas leis e estatutos específicos para os direitos das pessoas com deficiência, como por exemplo o próprio estatuto da APAE, que se primazia conforme seu Art. 3 em garantir direitos e qualidade de vidas as pessoas com deficiência apoiando as famílias dos assistidos e ofertando serviços de habilitação, reabilitação e inclusão social.

Neste sentido no que tange o serviço ofertado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, podemos elucidar que a organização vem prestando serviços no âmbito da Assistência Social, Saúde e Educação.

No que se refere ao setor de Assistência Social, a organização é certificada pelo CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social), expedido pelo Ministério da Cidadania. Nesta área executamos o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas famílias, ou seja, Centro Dia de referência, de acordo com a Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009, sendo está a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais.

Devemos destacar que, o serviço de Assistência Social é a porta de entrada para os atendimentos realizados na organização. A figura abaixo expressa o trabalho do

centro dia que oferece atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, serve de apoio às famílias e aos cuidadores.

Figuras 1 – Centro Dia



Fonte: Próprio autor.

O centro dia é referência no serviço de proteção social de média complexidade, oferece atividades em várias ambiências para as pessoas com deficiência na faixa etária de 15 a 60 anos ou mais, com o objetivo de promover a autonomia, inclusão social e melhoria na qualidade de vida dos usuários. As ações do Centro Dia são voltadas a atividades de lazer, proporcionando a troca de experiência reconhecendo o potencial de cada um.

No que se refere no âmbito de serviço de Saúde, a Apae é credenciada junto ao governo do estado, através da Deliberação N° 1403 de 19 de março de 2013, onde ocorreu na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) o credenciamento do Serviço Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual (SERDI) que complementa a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde do estado de Minas Gerais - SUS/MG.

Figura 2 – SERDI



Fonte: Próprio autor

Com uma equipe multidisciplinar para atender as pessoas com deficiência na sua integridade, os atendimentos no SERDI são especializados e direcionados para atender a pessoa com deficiência intelectual e pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), realizando habilitação e reabilitação deste público.

Já no que se refere na área da Educação, a APAE é credenciada também junto ao governo do estado, através da Portaria N°197/03, credenciando na modalidade Educação Especial de Ensino Fundamental.

Figura 3 - Educação



Fonte: Próprio autor

O serviço de educação especial apresenta as dimensões de habilidades intelectuais, participação, contexto e comportamento adaptativo. As habilidades intelectuais consistem na capacidade de compreender o ambiente no qual está inserido, incluindo o raciocínio, pensamento abstrato e compreensão de ideias complexas.

Outras habilidades têm o objetivo de observar como funciona a vida no dia a dia para promover a participação de atividades de lazer e, recreação, fazer amigos, outros relacionamentos sociais inserindo as pessoas com deficiência em vários ambientes proporcionando a possibilidade de inclusão social. Desta forma garantindo a educação como um direito de todos visando ao pleno desenvolvimento humano por meio do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com experiências vividas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Botelhos-MG (Figura 4) teve como marco inicial de sua fundação o dia 05 de julho de 2000, por um grupo de representantes da comunidade. Esse grupo se propôs a trabalhar educativa e humanamente a questão da deficiência na sociedade. Esta é uma questão social que necessita ser trabalhada em todos os aspectos. Deve-se acreditar que ainda é tempo e que algo ainda pode ser feito para assegurar, a cada usuário, seu engajamento na sociedade, direito à Assistência Social Educação, Saúde e bem-estar.

Figura 4 - Fachada da APAE de Botelhos-MG



Fonte: Próprio autor

Sendo assim, atuar diariamente nesta instituição é ter uma lição de vida a todo instante, aprendendo constantemente, ou seja, muito mais do que transferir conhecimento. Presenciar famílias em situação de risco e/ou em vulnerabilidade social é

muito mais agravante do que a falta de recursos financeiros. São famílias carentes de carinho, amor, respeito e principalmente famílias que não sabem buscar seus direitos.

Figura 5 – Autor no Atendimento de Assistência Social



Fonte: Próprio autor

Devemos destacar que, cuidar da pessoa com deficiência é uma tarefa árdua e desgastante onde em muitas situações são as mães que assumem toda a responsabilidade, pois os genitores abandonam a família devido a deficiência do seu filho.

Com isso, a Apae entra neste cenário, onde trabalhamos e vivenciamos as dificuldades, os desafios e também as conquistas, junto com os usuários e seus familiares. Sabemos e vivemos todos os tipos de dificuldades, entretanto, enfrentar os desafios e chegando à vitória e conquistas é gratificante no ambiente. Romper barreiras para inserir as pessoas com deficiência é superar preconceito e conquistar o lugar que é dela na sociedade de direito.

Devemos destacar que, as dificuldades não são apenas com os familiares, pois a própria instituição enfrenta sérios problemas de ordem financeira, e também do não reconhecimento da Administração Pública pelos serviços prestados para este segmento populacional. Em busca de parceria os diretores estão sempre buscando participação de empresas e do poder público.

Figura 6 - Diretores da APAE com Presidente da Câmara Municipal



Fonte: Próprio autor

As figuras 7, 8, 9, 10 e 11 abaixo representa os trabalhos desenvolvido pela APAE de Botelhos-MG. Com isso, o que envolve o trabalho na Apae é contar com servidores e pessoas da sociedade que realmente apresentam bastante empenho e dedicação, onde a maior gratificação é acompanhar a superação de cada usuário.

Figuras 7- Atendimento de Psicologia



Fonte: Próprio Autor

Figura 8 - Sala de fisioterapia



Fonte: Próprio autor

Figura 9 – Atendimento de fisioterapia



Fonte: Próprio autor

Figura 10 - Aplicação de bandagem terapêutica - estimulação tegumentar



Fonte: Próprio autor

Figura 11 – Atendimento de Terapia Ocupacional



Fonte: Próprio autor

Os Atendimentos são multidisciplinares em grupo, com a fisioterapia, psicologia e terapia ocupacional trabalhando dentro da temática da páscoa a percepção espacial, temporal, sensorial tátil e visual, sequenciamento, pareamento, socialização, percepção corporal, coordenação motora fina, bianual e visomotora. Todos os atendimentos **são** realizados pelos profissionais na área de Assistência Social, realizando intervenções e promovendo os direitos socioassistenciais.

No setor de fisioterapia e terapia ocupacional, buscando sempre o desenvolvimento neuropsicomotor. No setor de fonoaudiologia o desenvolvimento da linguagem e a da comunicação. No setor de Psicologia atuando junto a personalidade e acompanhando o desenvolvimento intelectual dos usuários.

A Apae é uma instituição que apresenta quadro de recursos humanos completo, desde servidores que deixam o ambiente pronto para ser usado até a equipe multidisciplinar que atente a pessoa com deficiência na sua integralidade. Os professores atuam de maneira exemplar, com muita dedicação e respeitando a limitação de cada aluno.

Sendo assim, não podemos esquecer de maneira alguma que as pessoas que apresentam alguma deficiência, sendo ela da mais leve até a mais grave, devemos compreender que todas apresentam algum tipo de limitação e que precisamos respeitar essas limitações. O essencial é buscar o respeito, a dignidade, uma melhor qualidade de vida e principalmente incluir esses indivíduos na sociedade de forma igualitária.

Para tanto os recursos financeiros, não somente para APAE, mas também para todas as instituições do Terceiro Setor é de fundamental importância, é a base de sobrevivência de qualquer que seja a instituição. Para tanto, a instituição precisa se promover e buscar recursos junto a sociedade e empresa, precisa ter profissionais qualificados que tenha a competência de gerir o conhecimento, assim como afirma Drucker (1990), ter a capacidade de gerenciar, captar, criar, multiplicar, descobrir, mapear, classificar e reter conhecimento com eficiência, efetividade e eficácia para se colocar em posição de destaque e garantir sua sobrevivência.

Na contemporaneidade é fato que toda empresa que não é administrada com competência tem grandes chances de decair ou até mesmo deixar de existir. Não seria diferente com as instituições do Terceiro Setor; neste sentido é evidente que a Administração torna fundamental para que uma instituição cumpra com sua missão assim como colocado por Drucker (1990) ao afirmar que a entidade independente de seu

tamanho deve ter a visão que a Administração e os administradores constituem necessidades específicas e essenciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo destacar o terceiro setor, especificamente a APAE e a relevância da Administração para este setor. Este estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros e trabalhos acadêmicos de autores que abordam sobre o tema deste trabalho, na qual foi possível identificar o terceiro Setor, suas atribuições e missão, bem como destacar a importância e contribuições da administração para este setor.

As ONG's ocupa um papel de destaque no cenário nacional, é um espaço e instrumento em defesa de direitos que muitas das vezes é negado pelo estado. Geralmente estas instituições estão voltadas a população econômica e socialmente excluída. O olhar para as pessoas excluídas por qualquer motivo não deve ser de compaixão e sim de se posicionar em relação à inclusão que vem se constituindo a sociedade. É preciso aceitar e reconhecer que estes fazem parte da variada condição humana, que a aceitação conduza ao respeito, dignidade e a busca da convivência harmoniosa entre todas as pessoas da sociedade, independente de terminologias ou significados de ordem social.

O terceiro setor com sua expansão têm se tornado de suma importância para a sociedade. Em muitos os casos a falta de conhecimentos conceituais e técnicos leva as organizações do terceiro setor passar por sérias dificuldades administrativa e financeiras. A administração tem se tornado principal ferramenta de sucesso ou fracasso, seja na vida pessoal ou em empresas e instituições

Destacamos o terceiro setor como Instituições sem fins lucrativos que depende de recursos e de administração com competência e eficiência. Sem sobra de dúvidas ficou comprovado que qualquer que seja o segmento de uma empresa ou instituição, seja ela grande, média ou pequena, sua missão e objetivos estão atrelados ao conhecimento e competência de seu corpo administrativo.

Dentro do nosso contexto atual, a Administração Pública não está conseguindo atingir públicos prioritários das respectivas políticas públicas, onde estas Organizações do Terceiro Setor entram em cena para poder atender as pessoas que ficam marginalizadas na sociedade, de maneira complementar, pois não devemos cair em esquecimento que, a responsabilidade em primeira instância é do poder público ofertar tais serviços.

Diante da experiência cotidiana na APAE de Botelhos-MG posso afirmar que a instituição se representa como agente transformador na vida destas pessoas que compõem este segmento da sociedade, sempre buscando caminhos para acontecer o reconhecimento de cada indivíduo como seres humanos de direitos.

Sendo assim, as Organizações do terceiro Setor vem trabalhando no viés de seu reconhecimento, sendo que, na grande maioria dos gestores públicos não reconhecem a execução destas políticas. Como prova deste fato, infelizmente as parcerias estabelecidas entre Administração Pública e Organizações do Terceiro Setor, na maioria das vezes os recursos financeiros não são suficientes para prestar um serviço de qualidade, tendo as organizações promover eventos para manter ofertando os mesmos ao seu público em específico.

Pode-se apontar como limitação na elaboração deste estudo a dificuldade em encontrar livros, artigos e trabalhos acadêmicos com abordagens que contemple a relação do Terceiro setor como a administração pública, bem como as políticas públicas e as ações concretas diante da realidade das pessoas com deficiência no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. (Coord.) **Políticas públicas**: conceitos e práticas. v. 7. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. 48 p. Série Políticas Públicas.

ANDRADE, Miriam Gomes Vieira. **Organizações do Terceiro Setor**: Estratégias para captação de recursos junto as empresas privadas. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

ANHEIER, H. K. **Managing non-profit organizations**: Towards a new approach. Civil Society Working Paper 1. London. 2000.

Brito, Dorca Soares de Lima **Assistência Social na Rede Apae**: Ofertas Socioassistenciais para Pessoas com Deficiência / Dorca Soares de Lima Brito, Ivone Maggioni Fiore,

Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento / [coordenação da publicação Dayse C. F. Bernardi]. -- 1. Ed. -- São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____; Idalberto. **Administração de recursos Humanos** –Fundamentos Básicos. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, Célia Meirelles; ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de Diferentes Recursos para Organizações sem Fins Lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2016

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003

Documento norteador: trabalho, emprego e renda: Ações profissionalizantes da Rede Apae para pessoas com deficiências intelectual e múltipla / Maria Helena Alcântera de

DRUCKER, P. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____; Peter Ferdinand. **Gerente Eficaz**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

ESTATUTO DA APAE DO DISTRITO FEDERAL CAPÍTULO I: Da Denominação, Sede e Fins. Disponível Em:< <https://media.apaebrasil.org.br/ESTATUTO-APAE-DF.pdf>>. Acesso em: 28 Fev. 2022.

Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p.

Faleiros, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____;Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez.2008

FERNANDES, Rubem César. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994

Flores, Antonio Joreci Teorias da administração pública / Antonio Joreci Flores. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. Políticas Públicas: Planejamento, Desenvolvimento e Fiscalização. Conselhos Gestores e Democracia Participativa. O papel do Ministério Público. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/luizacf.htm>> Acesso em: 27/02/2022.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2007.

GETS: Grupo de estudos do terceiro setor. São Paulo: Graphbox Caran, 2002.

LARA, L. L; LUCCA, R. F.; PIVA, S. R. **Liderança e motivação no ambiente organizacional**. Monografia apresentada no curso de Organização, Sistemas e Métodos das Faculdades Integradas Campos Salles, 2000. Disponível em: . Acesso em: 25 Fev. 2022.

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

Marcelo Silva, Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira et al. Brasília, 2019.

MAZZOTA, da Silveira Marcos José. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2012.

MEGGINSON, Leon C. et al. **Administração**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Oliveira (Org.). – **Brasília**: APAE Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **História da Administração**: como entender as origens, as aplicações e as evoluções da administração. São Paulo: Atlas, 2012.

Paes de Paula, A. P. (2005). **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: EdFGV.

Paes de Paula, A. P. (2010). **Por uma nova gestão pública**: reinserindo o debate a partir das práticas possíveis. In A. S. Cunha, B. A. Medeiros & L. C. Aquino (Orgs.), Estado, Instituições e Democracia: República (505-530). Brasília: IPEA

SACRISTÁN, J. G. **A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Santos, Suely Xavier dos. **Organização do terceiro setor** / Suely Xavier dos Santos. – Natal: EdUnP, 2012.

SMITH, David Horton. **Four Sectors or Five?** Retaining the Member-Benefit Sector. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly. V. 20 N. 2, Summer 1991.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. – 2. ed. São Paulo:Atlas, 2004.

Trigueiro, Francisco Mirialdo Chaves **Teorias da Administração I**/ Francisco Mirialdo Chaves Trigueiro, Neiva de Araújo Marques. – 3. ed. rev. ampli. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables**: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Naciones Unidas: Cepal, Santiago, p.01-62, ago. 2001. Disponível em:<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7150/S018659_es.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.